



Anais da Assembléia

Nºs 126/127/128/129 TERÇA, QUARTA, QUINTA E SEGUNDA-FEIRA, 16, 17, 18 E 22 DE NOVEMBRO DE 1982 ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 1982

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretaria-
da pelos Srs. Deputados Ezequias Losso e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes
Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz,
Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson
Alencar, Adalberto Daros, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim,
Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro
Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter
Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fa-
biano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin,
Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus,
Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Do-
mingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro
Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oli-
veira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor
Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisós-
tomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu
Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio
Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson
Fortes, Romero Filho (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente
declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus,
iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão
anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Requerimentos:

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas preroga-
tivas regimentais, REQUER a Vossa Excelência se digne mandar
reincluir na Ordem do Dia, para votação em plenário, o projeto
de lei de autoria do signatário, que torna obrigatória a publica-
ção de diversos itens relativos à análise do leite vendido em nos-
so Estado, retirado de votação para apreciação de alguns aspec-
tos de sua constitucionalidade.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1982.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que torna obrigatória a publicação da aná-
lise do leite vendido em nosso Estado, foi retirado de votação,
para que se apreciasse a sua constitucionalidade, embora houves-
se sido aprovado nas comissões competentes.

Na realidade, houve um pequeno equívoco quanto à inter-
pretação de seu texto, feita em plenário por parlamentares que
não participam da Comissão de Constituição e Justiça desta
Casa.

A obrigatoriedade prevista no projeto, diz respeito tão
somente à publicação da análise, para conhecimento do público.

Não obriga qualquer fiscalização sobre o produto, o que
poderia torná-lo inconstitucional, segundo se aventou.

Isto posto, nada impede a sua volta para apreciação em
plenário, pois, nossa população deve tomar ciência da compo-
sição de seu principal alimento e quaisquer anormalidades a
ele afetas.

R E Q U E R I M E N T O

SÚMULA: Requer sejam encaminhados ofícios ao Exce-
lentíssimos Senhores Governador do Estado
e Secretário de Recursos Humanos, solici-
tando seja incluída na Resolução que trata
da Aposentadoria dos Professores aos 25
anos, o direito da CONTAGEM PROPOR-
CIONAL DO TEMPO DE SERVIÇO pres-
tado ao Magistério, quando o servidor exer-
cer outro cargo público, a exemplo do que
foi feito em relação à aplicação da "LEI
MINEIRA".

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-
ções regimentais, REQUER sejam encaminhados ofícios aos Ss.
Governador do Estado e Secretário de Recursos Humanos, soli-
citando seja adotada a contagem proporcional do tempo de
serviço prestado ao Magistério, quando o servidor houver pres-
tado serviço público em outro cargo, para efeito de aposentado-
ria.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1982.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Através de emenda de autoria do nobre Deputado ÁLVA-
RO DIAS, o Congresso Nacional aprovou emenda à Constitui-
ção permitindo a aposentadoria das professoras aos 25 anos de
serviço e dos professores aos 30 anos de serviço.

Ao ser regulamentado esse instituto em nosso Estado,
o ilustrado Bel. Pedro Ivo Lafitte Rocha omitiu a possibilidade
da contagem proporcional do tempo de serviço prestado em fun-
ções próprias do magistério, quando o servidor houver prestado
serviço também em outro(s) cargo(s).

Há pouco tempo, no Governo Jayme Canet, foi apro-
vada a chamada "Lei Mineira", que veio corrigir distorção na
contagem do tempo de serviço para aposentadoria dos servido-
res admitidos antes da vigência da Constituição de 1967, que
aumentou o tempo de serviço exigido para a aposentadoria em
5 (cinco) anos para todos os servidores públicos.

A situação dos professores, ou dos servidores que presta-
ram serviços ao Magistério, é semelhante àquela.

Evidentemente, não se pretende que se estabeleça um du-
plo benefício, com a aplicação da "Lei Mineira" e também da
Contagem Proporcional que ora se pleiteia, mas, apenas, que se
entenda o verdadeiro espírito da "LEI DOS 25 ANOS", que tem
por objetivo reconhecer que as funções do Magistério causam
maior desgaste ao servidor, e, assim sendo, qualquer tempo de
serviço prestado ao Magistério deverá ser contado proporcional-
mente, pois, esse desgaste também se torna proporcional ao
exercício de tais cargos.

A propósito, invocamos o Decreto n.º 83.374, de 08 de
julho de 1982, pelo qual foi assegurada a contagem
proporcional para efeito de aposentadoria pelo INPS, em rela-
ção a serviços em atividades insalubre, penosa ou perigosa,
em somatória com a atividade comum de trabalho.

O referido Decreto n.º 87.374/82, publicou uma tabela de

multiplicadores para a conversão dos anos de serviço.

Considerando que norma semelhante já foi adotada em nosso Estado, conforme consta do artigo 138, § 7.º do Estatuto dos Funcionários Públicos (incluído pela Lei n.º 7050/78 — “Lei Mineira”), basta que se multiplique o tempo de serviço prestado ao Magistério, pelas Professoras, por 30 e se divida o resultado por 25, ou, quando se tratar de Professor, que se multiplique o tempo de serviço prestado ao magistério por 35 e se divida o resultado por 30, somando-se o resultado com o tempo de serviço prestado em atividade comum, para completar o tempo normalmente exigido para a aposentadoria dos servidores públicos do Estado.

Queremos ressaltar que a Contagem Proporcional do Tempo de Serviço Prestado ao Magistério já é objeto de Projeto de Lei também de autoria do Deputado Federal ÁLVARO DIAS, o qual virá complementar e consolidar o benefício decorrente da Emenda da Aposentadoria aos 25 Anos para Professores.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o encaminhamento de ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretário de Recursos Humanos, Secretário de Educação e Secretário das Finanças, para que, em continuidade à interpretação que deram ao art. 12 da Lei n.º 7540/81, determinem o pagamento do PISO SALARIAL correspondente a 2,2 salários-mínimos regionais aos PROFESSORES PA-1.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o encaminhamento de ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretário de Recursos Humanos, Secretário de Educação e Secretário das Finanças, solicitando-lhes que determinem o pagamento do PISO SALARIAL CORRESPONDENTE A 2,2 SALÁRIOS-MÍNIMOS REGIONAIS, AOS PROFESSORES, tendo em vista a interpretação dada pelo Governo do Estado, de que, através de Decreto, em qualquer tempo, neste ano de 1982, podem ser concedidos reajustes parciais de vencimentos ao funcionalismo público do Estado e aos Professores, conforme já foi feito anteriormente, tudo de conformidade com o disposto no art. 12 da Lei n.º 7540/81.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1982.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado, com base no art. 12 da Lei n.º 7540/81, que previa a concessão de um reajuste de vencimentos, NO MÊS DE AGOSTO, a título de antecipação do aumento de 1983, parcelou vários reajustes, inclusive fixando o piso de 2,2 salários-mínimos vigentes em 1.º de maio, para os Professores.

Ocorre que, em 1.º de novembro, como é sabido, o valor do salário-mínimo passa a ser outro, e, conseqüentemente, o PISO SALARIAL DOS PROFESSORES TEM QUE SER ALTERADO A PARTIR DAQUELA DATA.

Se a lei permite a edição de vários decretos, é justo que o Governo use dessa faculdade que a si atribuiu para cumprir com os seus compromissos!

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, a Presidência consulta às Lideranças dos Partidos se desejam fazer uso do horário que lhes é reservado. — (Declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDÉM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. discussão — do Projeto de Lei n.º 61/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 63/82), que cria, no Departamento de Trânsito, cargos de provimento em comissões, conforme especifica.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. n.º 88/82), que doa as áreas de terreno que especifica, do Estado do Paraná, ao Município de Foz do Iguaçu.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 105/82), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de CERRO AZUL, o imóvel que especifica.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 107/82), que autoriza o Poder Executivo permutar área de terreno no Município de IVAIPORÃ, conforme especifica.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 108/82), que autoriza o Poder Executivo alienar à Prefeitura Municipal de Curitiba, área de terreno de propriedade do Estado, conforme especifica.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 123/82), que doa ao Município de Guaraniaçu, um lote urbano, conforme especifica.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175/81, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao “Comendador GIANFRANCO BERTONI”. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 175/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Comendador Gianfranco Bertoni.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário..

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

O Comendador Gianfranco Bertoni é por demais conhecido na comunidade paranaense e curitibana, sendo que, esta Capital concedeu-lhe o Título de Cidadão Honorário de Curitiba, pelos relevantes serviços prestados não só ao estreitamento dos laços que unem brasileiros e italianos, mas, sobretudo, em virtude das ações voltadas às áreas da cultura, do comércio, da indústria e da sociedade paranaense.

Anexo ao presente se encontram os dados biográficos da ilustre personalidade que desejamos homenagear, contendo uma síntese dos principais dados relacionados àquelas ativida-

des, o que comprova a justeza da medida que ora propomos, que nada mais irá retratar senão o conhecimento da comunidade paranaense para com um dos seus mais dignos integrantes.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 75/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o HOSPITAL E MATERNIDADE DE SENGÉS, com sede e foro em Sengés. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 63/82.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 75/82

PARECER

De autoria do eminente Deputado AIRTON CORDEIRO, o presente plano de lei objetiva declarar de utilidade pública o HOSPITAL E MATERNIDADE DE SENGÉS, com sede em Sengés.

Baixado anteriormente em diligência, retorna agora o processo, imune de falhas ou omissões, estando dessa forma em condições de prosseguir sua tramitação normal pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, somos favorável à APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente,
JURANDIR MESSIAS, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82/82, de autoria do Deputado DARCY DEITOS, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campo Mourão, dois lotes de terreno contendo imóvel conforme especifica e que será destinado à instalação do Museu Histórico de Campo Mourão. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 73/82.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 82/82

PARECER:

Objetiva o presente plano de lei de autoria do ilustre Deputado Darcy Deitos, doar ao Município de Campo Mourão dois lotes de terreno contendo imóvel a ser destinado à instalação do Museu Histórico de Campo Mourão.

Dito imóvel, antes de propriedade do mesmo município que veio a doá-lo mais tarde ao Estado para funcionamento de um Posto de Saúde, atualmente está sem uso. Desta forma, a medida atende duplamente ao interesse público.

Quanto ao aspecto formal, o processo obedece às exigências regimentais, inexistindo óbice de qualquer natureza à sua normal tramitação pelos demais Órgãos desta Casa.

Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 84/82, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE IRMÃOS MENONITAS E MENSAGEIROS DA PAZ — SIMPAZ, com sede e foro em Pato Branco. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 73, de 03/08/82.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 84/82

PARECER:

Objetiva o presente plano de lei de autoria do ilustre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, declarar de utilidade públi-

ca a Sociedade Irmãos Menonitas e Mensageiros da Paz - SIM-PAZ, com sede na cidade de Pato Branco.

Baixado inicialmente o processo em diligência, retorna agora imune de vícios ou omissões, estando assim em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à Aprovação do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/82, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL ALFONSO FREITAG, com sede e foro na Vila Maripá, na cidade de Palotina - PR. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado. (Public. no D.A. n.º 73, de 03/08/82.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 86/82

PARECER.

De autoria do ilustre Deputado Werner Wanderer, o presente plano de lei objetiva declarar de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial Alfonso Freitag, com sede na Vila Maripá, na cidade de Palotina.

Baixado inicialmente em diligência, retorna agora o processo, imune de vícios ou omissões, estando dessa forma em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à Aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/82, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a SBIM — SOCIEDADE BENEFICENTE IRMÃOS MENONITAS, com sede na cidade de Clevelândia - PR. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 101/102, de 27 e 28/09/82.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 123/82

PARECER.

O ilustre Deputado Augusto Carneiro, visa com o presente plano de lei de sua autoria, declarar de utilidade pública a SBIM — Sociedade Beneficente Irmãos Menonitas, com sede na cidade de Clevelândia.

Depreende-se dos termos da justificativa que se trata de medida oportuna e justa, que visa reconhecer o trabalho de assistência filantrópica que a entidade vem desenvolvendo junto aos menos favorecidos pela sorte.

O processo está de acordo com as normas regimentais e legais, nada havendo que obste sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à Aprovação do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
JURANDIR MESSIAS — Relator

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino,

constante do expediente, solicitando seja reincluído na Ordem do Dia o projeto de lei que torna obrigatória a publicação, em Diário Oficial, da análise do leite empacotado vendido em nosso Estado. - Ao Departamento Legislativo para informar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo seja adotada a contagem proporcional do tempo de serviços prestados ao Magistério, quando o servidor houver prestado serviço público em outro cargo, para efeito de aposentadoria. - **Rejeitado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário das Finanças e outros, encarecendo que determinem o pagamento do PISO SALARIAL CORRESPONDENTE A 2,2 SALÁRIOS MÍNIMOS aos Professores. - **Rejeitado.** - Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para dia 17, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 61, 93, 107, 108, 109 e 121/82.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 175/81, 75, 82, 84, 86 e 123/82.

Levanta-se a sessão.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA ATA DA 107.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1982

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Ezequias Losso e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados. João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Romero Filho.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem

do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 63/82), que cria, no Departamento de Trânsito, cargos de provimento em comissões, conforme especifica. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 88/82), que doa as áreas de terreno que especifica, do Estado do Paraná, ao Município de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 105/82), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de CERRO AZUL, o imóvel que especifica. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 107/82), que autoriza o Poder Executivo permutar área de terreno no Município de IVAIPORÃ, conforme especifica. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 108/82), que autoriza o Poder Executivo alienar à Prefeitura Municipal de Curitiba, área de terreno de propriedade do Estado, conforme especifica. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 123/82), que doa ao Município de Guaraniáçu, um lote urbano, conforme especifica. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175/81, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao "Comendador GIANFRANCO BERTONI". Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 75/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o HOSPITAL E MATERNIDADE DE SENGÉS, com sede e foro em Sengés. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82/82, de autoria do Deputado DARCY DEITOS, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campo Mourão, dois lotes de terreno contendo imóvel, conforme especifica e que será destinado à instalação do Museu Histórico de Campo Mourão. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 84/82, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE IRMÃOS MENONITAS E MENSAGEIROS DA PAZ — SIMPAZ", com sede e foro em Pato Branco. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/82, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL ALFONSO FREITAG", com sede e foro na Vila Maripá, na cidade de Palotina-PR. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/82, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utili-

idade pública a "SBIM" — "SOCIEDADE BENEFICENTE IRMÃOS MENONITAS", com sede na cidade de Clevelândia-Pr. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 175/81, 75, 82, 84, 86 e 123/82.

Levanta-se a sessão.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA 108.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 1982 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Adalberto Daros e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Romero Filho.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 143/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS CAVALEIROS DA ORDEM SOBERANA MILITAR DE MALTA DE SÃO PAULO E BRASIL MERIDIONAL, com sede na cidade de São Paulo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1982.

(a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

As razões que nos levam a apresentar o presente plano de lei, encontram-se inseridas na documentação em anexo.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175/81, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Comendador GIANFRANCO BERTONI. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 75/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o HOSPITAL E MATERNIDADE DE SENGÉS, com sede e foro em Sengés. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82/82, de autoria do Deputado DARCY DEITOS, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campo Mourão, dois lotes de terreno contendo imóvel conforme especifica e que será destinado à instalação do Museu Histórico de Campo Mourão. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 84/82, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE IRMÃOS MENONITAS E MEN-SAGEIROS DA PAZ — SIMPAZ, com sede e foro em Pato Branco. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/82, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL ALFONSO FREITAG, com sede e foro na Vila Maripá, na cidade de Palotina - Pr. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/82, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a SBIM - SOCIEDADE BENEFICENTE IRMÃOS MENONITAS, com sede na cidade de Clevelândia - Pr. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 65, 66, 67, 68, 69 e 70/82 e do Projeto de Lei n.º 126/82.

Levanta-se a Sessão.

ATOS DA PRESIDÊNCIA

Resolução.

RESOLUÇÃO N.º 05/82

DATA. 30 de junho de 1982.

SÚMULA: Determina o arquivamento de Proposições que especifica.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução.

Art. 1.º — Serão arquivadas, mediante despacho da Presidência desta Assembléia Legislativa, as Proposições apresentadas até o ano de 1979 inclusive, sem aprovação, cuja tramitação não tenha atingido a fase de votação.

§ 1.º — O autor da Proposição, ou na sua falta, os líderes de bancadas, poderão solicitar mediante requerimento à Presidência, dentro do prazo de 10 (dez) dias, da publicação desta Resolução, o prosseguimento da tramitação da Proposição que se pretenda manter o andamento legislativo.

§ 2.º — As Proposições referidas neste artigo, serão relacionadas pelo Departamento Legislativo e enquanto não se esgotar o prazo previsto no parágrafo anterior, terão suas tramitações suspensas junto àquele Departamento.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de junho de 1982.

(a) JOÃO MANSUR
Presidente

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1982
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Tércio Albuquerque e Gilberto Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados. João Mansur, Gilberto Carvalho, Flávio Luiz Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Lesso, Edilson Alegrar, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Corrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanloreggi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherlegate, Valtér Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielise Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Romero Filho (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações. — Aprovada.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pelá ordem) Sr. Presidente, requiero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa deferê e irá proceder a verificação de votação
(É procedida a verificação de votação).

Um (01) Sr. Deputado aprova, nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, terça-feira, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia, marcada para a Sessão de hoje, e mais

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 119/82.

Levanta-se a Sessão.